



Ruralidades no espaço urbano: o modo de vida rural nas práticas espaciais urbanas em Martinópolis (SP)

Daiara Batista Mendes¹

Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol²

Resumo: Este artigo tem o objetivo de compreender como as práticas socioespaciais tipicamente rurais perpetuam - se no espaço urbano de Martinópolis, localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo, dando enfoque, para a produção agrícola e para outras ruralidades encontradas no cotidiano da população citadina, que refletem na produção do espaço na referida cidade. A partir de metodologias como a aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas e observação participante, notou-se que a cidade de Martinópolis carrega fortes resquícios identitários do modo de vida rural na sua conformação socioespacial urbana, seja por meio da produção de alimentos em pequenos espaços dispostos no interior da cidade, seja pela manutenção de costumes e tradições rurais no cotidiano da população urbana. Diante dessa constatação, destaca-se o papel do processo de formação desse município na permanência dessas ruralidades, uma vez que ele se encontra intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da agropecuária, onde a concretização dessas atividades se dava nos bairros rurais locais.

Palavras-chave: Ruralidades; Agricultura urbana; Rural; Espaço Urbano; Martinópolis.

Ruralities in urban space: the rural way of life in urban spatial practices in Martinópolis (SP)

Abstract: This article aims to understand how typically rural socio-spatial practices are perpetuated in the urban space of Martinópolis, located in the extreme west of the State of São Paulo, focusing on agricultural production and other ruralities found in the daily life of the city population, that reflect on the production of space in that city. From methodologies such as the application of questionnaires, semi-structured interviews and participant observation, it was noted that the city of Martinópolis carries strong identity remnants of the rural way of life in its urban socio-spatial conformation, whether through the production of food in small spaces arranged in the interior of the city, or by maintaining rural customs and traditions in the daily life of the urban population. In view of this finding, the role of the formation process of this municipality in the permanence of these ruralities is highlighted, since it is intrinsically linked to the development of agriculture, where the implementation of these activities took place in the local rural neighborhoods.

Keywords: Ruralities; Urban Agriculture; Rural; Urban space; Martinópolis.

¹Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Pres. Prudente. Autora correspondente: daiaramendes@outlook.com.

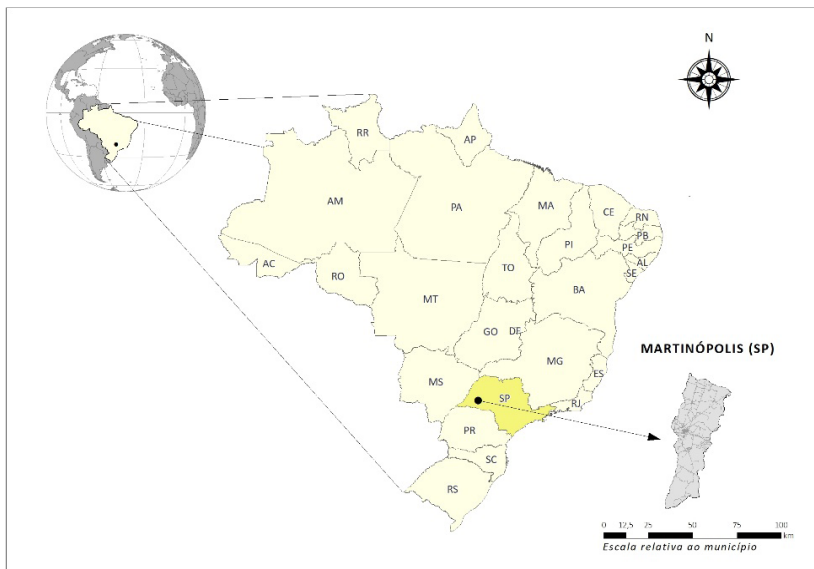
²Professora assistente doutora do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Pres. Prudente.

Introdução

O período atual marcado pelo advento do meio técnico-científico-informacional, tal como indicou Milton Santos (1997), tem como palco principal do desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da informação as cidades. No entanto, é importante destacar a ocorrência de práticas contra hegemônicas que coexistem em meio a uma sociedade cada vez mais urbanizada. Entre elas destacam-se aquelas que permitem um resgate do campo no cotidiano dos cidadãos, denominadas como ruralidades no espaço urbano.

O objetivo desse artigo é compreender como as práticas socioespaciais tipicamente rurais se perpetuam no espaço urbano de Martinópolis, localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo (Mapa 1), dando enfoque, para a produção agrícola e para outras ruralidades encontradas no cotidiano da população cidadina, que refletem na produção do espaço na referida cidade.

Mapa 1 - Localização do município de Martinópolis no Estado de São Paulo e no Brasil.



Fonte: Rodolfo Finatti (2022).

Nesta área de estudos, o seu processo de formação esteve intimamente ligado à ferrovia, motor de desenvolvimento para as pequenas cidades do Oeste paulista, e ao desenvolvimento da agricultura, carregando resquícios desses elementos em sua configuração atual, sobretudo a partir do desenvolvimento de práticas essencialmente rurais em seu espaço urbano.

Este estudo é resultado de análises realizadas no âmbito do desenvolvimento de uma pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP – que buscou compreender as práticas de agricultura urbana como manifestações das ruralidades na pequena cidade de Martinópolis.

As metodologias selecionadas para a execução desta pesquisa foram a revisão bibliográfica sobre temáticas abordadas ao longo da elaboração do artigo (ruralidades, ruralidades urbanas e relação urbano - rural) e a coleta de dados e de informações a partir de fontes secundárias sobre aspectos históricos, demográficos e econômicos do município.

Quanto às pesquisas de campo, partiu-se, inicialmente, de uma sondagem inicial via contato telefônico e nas redes sociais, a fim de identificar as iniciativas de produção agrícola urbana abrangidas no universo da pesquisa, seguida pela elaboração de roteiros de entrevistas e execução de entrevistas semiestruturadas com agentes públicos ligados às atividades agrárias no município, da aplicação de questionários com os praticantes de agricultura urbana, do mapeamento das áreas de produção agrícola na cidade com auxílio de *GPS* e das observações participantes, realizadas concomitantemente às demais metodologias.

Além de questões referentes à dinâmica produtiva da agricultura urbana e do perfil de seus praticantes, a pesquisa pautou-se também em compreender as manifestações de outras ruralidades na pequena cidade, ligadas às formas de sociabilidade da população urbana e à produção do espaço urbano local.

Quanto à estrutura do artigo, além dessa introdução e das considerações finais, na primeira parte será apresentada uma revisão bibliográfica sobre as ruralidades urbanas, destacando as ideias dos principais teóricos que se debruçam nessa temática.

O papel da relação entre cidade e campo no processo de formação de Martinópolis é destacado na segunda parte, considerando a estreita ligação entre ambos os espaços na cidade que, em sua gênese, teve os seus papéis urbanos voltados estritamente às funções administrativas e às demandas do campo. Por fim, demonstra-se, a partir de evidências empíricas, a manutenção das ruralidades nos costumes e nas práticas espaciais da população urbana de Martinópolis.

As ruralidades urbanas a partir de uma perspectiva teórica

A perspectiva que será adotada neste estudo, no que tange às ruralidades, tem sido analisada por diferentes teóricos como Carneiro (1997), Maia (1999), Candiotto e Corrêa (2008), Locatel e Azevedo (2010), Lindner (2012), dentre

outros autores que englobam esse fenômeno em suas análises.

Em cidades de pequeno ou grande porte, verifica-se cada vez mais os resquícios do rural que vem se expandindo sobre o seu perímetro urbano, considerando que “o campo não se limita a ocupar as bordas do seu “tecido”, mas adentra pela sua malha, através de vazios urbanos, das margens dos vales dos rios e/ou das vias que a cortam” (MAIA, 1999, p.215). Desta forma, segundo Locatel e Azevedo (2010), “[...] dentro da malha urbana existem ilhas de ruralidade ‘pura’” (p.06).

Diante desta constatação, nota-se que as ruralidades sofrem mutação nesse processo, num contexto (embora contraditório) em que aqueles espaços onde a natureza tem destaque, se ressalta a qualidade de vida e o lazer, e, por essa razão, nota-se esse interesse crescente por um retorno àquilo tido antes como “primitivo”, “atrasado”. Nesse sentido,

[...] não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração dos mundos urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como “rural”, mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural (CARNEIRO, 1997, p. 59).

Essas ruralidades no espaço urbano têm sua gênese a partir das “vivências passadas dos cidadãos no espaço rural, ou na atual valorização e idealização do rural pela mídia e por outros atores urbanos” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 238), onde o rural tem sido entendido como mercadoria em face das alterações no espaço decorrentes da tecnificação do campo.

Embora se configurando como parte importante das grandes cidades e das metrópoles, são nas pequenas cidades do interior do país que essas ruralidades se apresentam com maior força. Isso decorre do fato de que “nesses locais existe uma carga cultural, que pode ser traduzida através do apego as tradições, muito evidenciadas nas relações sociais da população, sua religiosidade, festividades, gastronomia e economia” (LINDNER, 2012, p. 21).

Nestas áreas, as influências do rural “configuram toda a dinâmica espacial, social e cultural desses pequenos lugares, dando-lhes identidade e influenciando na organização de seus espaços” (LINDNER, 2012, p. 24), uma vez que se tornam parte constituinte da sua dinâmica socioeconômica.

Embora o presente estudo paute-se na análise da manutenção das ruralidades em pequenas cidades sob a perspectiva da agricultura urbana, não se pode reduzi-las a essas localidades, ao passo que o modo de vida rural também se manifesta em outros centros de diferentes portes, ainda que com uma menor carga identitária, apresentando outras motivações geralmente de

cunho econômico, as quais serão discorridas posteriormente. Dessa forma, Silva (2015) pontua que “[...] a presença de ruralidades em cidades pequenas não é uma regra e que pode estar ainda presente nos grandes centros como expressão da contradição de vida e/ou mesmo de especulação imobiliária” (p.277).

Nota-se que, especificamente nessas áreas onde não há uma estreita relação entre o campo e a cidade, “[...] o rural nos mundos urbanos é minoritário e fragmentário, e pode geralmente constituir realidades invisíveis, mas elas surgem de formas diferenciadas seja espontânea, ou mesmo de maneira oficializada” (PANIAGUA, 2018, p. 15), se materializando através de práticas que derivam do desejo utópico de uma pequena parcela dos indivíduos urbanos de um “retorno ao natural” e até mesmo de ações em âmbito governamental que buscam aproximar tais espaços nas políticas públicas de planejamento urbano.

Essas “ações e objetos técnicos característicos do rural” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 230) que vêm se incorporando ao modo de vida urbano, ao longo da história, são materializadas também a partir do estilo *country*, das músicas (sobretudo, das sertanejas), das festas como rodeios e quermesses, e, principalmente, pelas práticas agrícolas, sejam elas a criação de animais, o cultivo de alimentos e a exploração de recursos naturais, as quais têm sido frequentes não apenas no espaço, mas também na economia urbana, no caso da comercialização dos produtos gerados por essas atividades.

Essa conservação de elementos do campo nas cidades leva à constatação de que “toda paisagem/espaço considerado urbano, ou seja, toda cidade sempre se sobrepõe ao rural ou ao “natural”. Assim, todo urbano já foi rural, mas nem todo rural será urbano” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 216). Nesse sentido, analisa-se que, em alguns casos, dependendo das particularidades da urbanização, essa permanência continua nítida nas cidades; em contraponto, nem todas as áreas rurais experimentarão as transformações decorrentes do processo de modernização da agricultura devido às disparidades regionais. Endlich (2006) chama atenção para o fato de que a persistência das chamadas “ilhas de ruralidade” nas cidades brasileiras também revela o caráter contraditório do processo de urbanização no país.

Partindo das reflexões de Woods (2011), Angel Paniagua, em seu estudo sobre as ruralidades urbanas sob a perspectiva geográfica, delimita *cinco aspectos* diferentes que ajudam a explicar a manutenção do modo de vida rural no ambiente urbano. Em *primeiro* lugar, o autor aponta a presença de migrantes rurais nas cidades como a razão central da existência de ruralidades no espaço urbano, considerando que, ao saírem de seus locais de origem, esses moradores transferem suas tradições para as cidades (PANIAGUA, 2018).

Esse aspecto trata do principal argumento utilizado nesse estudo, podendo ser justificado, sobretudo, pelo contexto apresentado anteriormente, marcado pela inserção de novos objetos técnicos de caráter urbano-industrial no campo,

ocasionando uma inversão no perfil demográfico da sociedade brasileira: de essencialmente rural, em meados dos anos 1950, para predominantemente urbana atualmente (HESPANHOL, 2013). Conforme a autora,

Essa mudança do perfil demográfico brasileiro foi o resultado do intenso processo de migração campo-cidade que levou parcela expressiva da população para os centros urbanos e provocou a redução significativa da população rural. Como resultado desse intenso processo de migração campo-cidade, houve o crescimento desordenado das grandes cidades e a formação de extensas periferias urbanas (HESPANHOL, 2013, p. 105).

Diante deste cenário, essas ruralidades justificam-se pela tentativa desse segmento social da população advindo do campo em “[...] manter o seu modo de vida, por meio do cultivo de hortas e da criação de pequenos animais nos quintais, bem como pelas manifestações culturais e religiosas” (HESPANHOL, 2013, p.109). Nesse sentido, “haveria uma idealização do mundo rural, a partir da própria experiência biográfica” (PANIAGUA, 2018, p.17, tradução nossa), pois, ainda que tenham incorporado progressivamente os hábitos do novo espaço que ocupam, essas práticas se configuram como uma alternativa para conservar suas vivências anteriores no campo, tratando-se, assim, de uma “ruralidade nostálgica”.

No entanto, além desses indivíduos que adentram as cidades via processo migratório, nota-se um outro perfil de moradores que conservam essas ruralidades no espaço urbano, o qual compreende os sujeitos “engolidos” via processo de expansão da lógica urbana, conforme destaca Bagli (2006), o que remete ao *segundo* aspecto levantado pelo autor que seria “a incorporação da paisagem rural na cidade” (PANIAGUA, 2018, p.16, tradução nossa). Essas ruralidades também podem resultar de processos que ocasionaram o fenômeno de expansão urbana, uma das dinâmicas que são próprias das formas capitalistas de produção do espaço urbano no período contemporâneo.

A expansão urbana é expressa através de duas formas distintas, dependendo das particularidades da urbanização da área pesquisada, sendo elas: a expansão territorial horizontal, visando, sobretudo, a ampliação da base territorial da cidade a partir da abertura de loteamentos, implantação de conjuntos habitacionais, de atividades industriais, comerciais e de serviços e a instalação de equipamentos de lazer; e, a expansão territorial vertical, que consiste na multiplicação da base territorial da cidade, através da verticalização (SPOSITO, 2020). Nesse caso específico, destaca-se a expansão territorial horizontal, onde o tecido

urbano se expande para áreas de transição rural-urbanas, ocasionando a superposição de formas e práticas espaciais entre ambos os espaços.

Sobre esse aspecto, Bagli discorre que:

Simplificando seria entender tal realidade sem considerar a contradição que se expressa nesse processo de expansão urbana, concomitante à manutenção de enclaves rurais em seu interior. Numa linguagem figurada, pode-se dizer que o urbano engole os espaços rurais. Todavia, a digestão de tais espaços nem sempre se consuma. Embora estando “dentro” daquilo que é considerado urbano, em alguns casos, funções e hábitos permanecem rurais. É comum encontrar em tais espaços atividades agropecuárias (BAGLI, 2006, p.99).

Assim, ainda que haja a transformação de áreas rurais em urbanas, essas podem manter parte de sua configuração original, denominados aí como ‘enclaves rurais’, sobretudo quanto às atividades econômicas que desempenham, permanecendo “atreladas à lógica rural” (BAGLI, 2006, p.100).

Para a referida autora, “a própria lógica urbana, ao atrair pessoas e não incorporá-las à lógica produtiva, possibilita que elas anseiem o retorno aos espaços de origem ou resistam construindo maneiras de subsistir” (BAGLI, 2006, p.101), evidenciando o fato de que a expansão do tecido urbano, quase sempre, não vem acompanhada de ações que visem a inserção integral (ou mesmo parcial) desses indivíduos ao mercado de trabalho urbano.

Diante disso, as práticas agrícolas urbanas, enquanto objeto central desse estudo, tornam-se, em muitos casos, uma das principais alternativas diante da realidade que lhes nega o acesso a outros meios de subsistência, utilizando-se dos espaços reduzidos que dispõem, como “[...] terrenos baldios, fundos de vale ou parte do lote para cultivo de produtos agrícolas” (BAGLI, 2006, p.101).

Nesse cenário, essas atividades podem ser consideradas como formas de resistência, uma vez que “as perversidades do modo de produção excluem e promovem, contraditoriamente, formas de inserção desconectadas da lógica produtiva” (BAGLI, 2006, p.84), podendo ser consideradas como práticas contra hegemônicas que subvertem a dinâmica econômica imposta pelo avanço do capitalismo.

As ruralidades urbanas também podem se manifestar, em *terceiro* lugar, pela “criação de espaços agrários na cidade” (PANIAGUA, 2018, p.16, tradução nossa), por meio de projetos de hortas comunitárias, escolares e terapêuticas; da constituição de espaços voltados à reabilitação e ao tratamento de pessoas com deficiência, entre os quais se destaca a prática da equoterapia; e outros locais que remetem à paisagem rural criados para fins específicos, derivando, sobretudo, de iniciativas institucionais, seja em âmbito público ou privado.

Um *quarto* elemento explicitado por Paniagua (2018) seria a “geração de uma

iconografia rural para o consumo urbano” (p.16), através da criação de áreas verdes, espaços abertos para a prática de esportes individuais e/ou coletivos e de outros espaços com características habituais do campo para o consumo urbano, em uma tentativa de resgatar a tranquilidade com a qual são retratados os espaços rurais.

Neste aspecto, as ruralidades surgem como “uma revalorização da natureza, configura-se uma urbanidade que revaloriza o modo de vida no campo e a produção de alimentos benéficos à saúde, a partir de uma proposta de agricultura orgânica” (MEDEIROS, 2017, p.186), na qual destaca-se a agricultura urbana, que se caracteriza pela prática de atividades agrícolas (cultivo de alimentos e criação de animais) no interior das cidades ou em seus arredores, seja para a comercialização ou o autoconsumo.

Sob esta ótica, entende-se por ruralidades a “transformação de objetos e ações característicos do rural em mercadoria” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p.234), sendo idealizadas pela *mídia* e demais agentes produtores do espaço que atuam na promoção dos seus atributos e potencialidades visando ao lucro. Entre esses costumes e atividades promovidas por atores urbanos incumbidos na “mercantilização” das ruralidades, destacam-se “o estilo *country*, os rodeios, a música “sertaneja”, a busca de lazer e diversão no meio rural (cavalgadas, hotéis-fazenda, esportes radicais)” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p.238).

Por fim, no *quinto* aspecto o autor (PANIAGUA, 2018) revela que essas ruralidades também podem se manifestar nos espaços citadinos devido ao fato de que “o atual processo de urbanização seria um duplo processo de urbanização do campo e ruralização da cidade” (p.16, tradução nossa). Nessa perspectiva, é unânime a discussão sobre a penetração de hábitos urbanos no campo, considerando que “os investimentos urbanos, o modo de vida urbano que extrapola as cidades, demonstram que, historicamente, o urbano atinge o rural. Há predomínio da mentalidade econômica e domínio monetário, imposição dos interesses urbanos” (ENDLICH, 2006, p.20).

No entanto, como foi evidenciado em toda essa revisão, embora se trate de realidades menos corriqueiras, dependendo das particularidades de cada localidade pesquisada, o contrário também tem ganhado destaque nos espaços intraurbanos, a partir de inúmeras manifestações econômicas, sociais e culturais características do espaço rural que permanecem postas no cotidiano dos citadinos, sendo estes oriundos do campo ou não.

Nesta concepção, nota-se que “a urbanização tende a apagar a distinção cidade-campo, mas em decorrência da maneira contraditória como ocorre, com o império do valor de troca e com a permanência de ilhas de ruralidade. A relação urbanidade-ruralidade ao invés de desaparecer, intensifica-se” (ENDLICH, 2006, p.22), em vista da superposição de formas espaciais entre ambos, conforme foi evidenciado no item anterior, e/ou das representações sociais,

que se disseminam para além do espaço físico ao qual estão intrinsecamente associadas.

Através desses cinco aspectos percorridos por Paniagua (2018), que auxiliam na compreensão dos elementos que atuam na manutenção do modo de vida rural no ambiente urbano, observa-se que as ruralidades podem se manifestar, sobretudo, nas práticas cotidianas como nas relações de vizinhança, na busca por áreas verdes para a contemplação da natureza e de outras atividades de lazer, nas quermesses e, principalmente, no cultivo de alimentos e de criação de animais em espaços urbanos através da agricultura urbana, propiciando aos indivíduos originalmente rurais “um retorno contínuo ao local de origem, ao seu ambiente” (PANIAGUA, 2018, p. 16, tradução nossa).

Os elementos enfatizados mostram-se de grande valia para as observações através de evidências empíricas propiciadas pelas pesquisas de campo na área delimitada para o presente estudo, o qual se pauta na identificação das manifestações das ruralidades na configuração espacial da pequena cidade de Martinópolis.

A relação cidade – campo no município de Martinópolis (SP)

Para compreender a manifestação dessas práticas tradicionalmente rurais no espaço urbano de Martinópolis, é importante remontar às relações estabelecidas entre tais espaços nos primórdios do seu processo de formação, considerando que os fenômenos pretéritos deixaram indícios e marcas na organização espacial da cidade.

Para Daltozo (2006), “podemos dizer que Martinópolis tem como mãe a ferrovia e como pai o café” (p.203), ou seja, foi por meio do “binômio café-ferrovia” que o município se constituiu. O café era considerado a lavoura mais importante do Estado de São Paulo em meados do século XIX e início do século XX, ocasionando uma intensa procura por terras na região Oeste Paulista para o cultivos de novas lavouras. A ferrovia era a Estrada de Ferro Sorocabana, que propiciava o escoamento da produção cafeeira, a vinda de migrantes e a circulação de outros produtos.

O marco de seu surgimento deu-se em 1917, com a instalação da Estação Ferroviária João Teodoro no território que hoje abriga o município, servindo como ponto de apoio à Estrada de Ferro Sorocabana, com o principal objetivo de “facilitar os serviços de água e de lenha para as locomotivas a vapor” (DALTOZO, 2006, p.204). Esta se tornou, assim, o “principal fator de desenvolvimento econômico e social da cidade” (ALBANO; SÁ; HONDA, 2015, p.221), propiciando o embarque e desembarque de pessoas e de mercadorias.

No ano de 1924, iniciou-se o povoamento da área e entre os primeiros habitantes do território, até então denominado como Núcleo Colonial Boa Ventura, estavam imigrantes europeus (sobretudo italianos) e japoneses, que

marcaram o povoamento da área até a década de 1960, muitos deles “vindos das antigas regiões produtoras de café do Estado de São Paulo” (SOUZA; HESPANHOL, 2010, p.174), além daqueles de origem nacional, como mineiros e nordestinos. Estabelecidos na área rural, a economia tinha como base as atividades agrícolas, entre as quais destacam-se os cultivos de café, de algodão e de amendoim.

No ano de 1929, o Núcleo tornou-se Distrito de Paz, tendo como nome Distrito de João Teodoro, “pertencendo ao município e comarca de Presidente Prudente” (DALTOZO, 2006, p.206). Em 1939, o distrito foi elevado à categoria de município com a denominação de Martinópolis, em homenagem à figura de João Gomes Martins.

Com um núcleo urbano em consolidação, de acordo com Souza e Hespanhol (2002),

[...] entre meados da década de 1950 e o final da década de 1960, as culturas de algodão e amendoim se constituíram na base da economia local. A maioria da população do município residia na zona rural e encontrava-se diretamente vinculada à agricultura (p. 100).

A área urbana era marcada pela presença do setor de comércio e de serviços, desempenhando função comercial e administrativa. Entre essas atividades destacam-se as olarias (local destinado à produção de tijolos, telhas e outros utensílios de barro e de cerâmica) e armazém de secos e molhados (típicas mercearias especializadas na venda de produtos de gênero alimentícios e de utensílios domésticos, sobretudo de origem artesanal). Contava ainda com a instalação de pequenas indústrias como serrarias e máquinas de beneficiamento de café e cereais (DALTOZO, 1999).

Nesse contexto, verifica-se a importância dos bairros rurais que vão se fortalecendo na história do município, muitos deles situados atualmente nos Distritos pertencentes à Martinópolis. Na perspectiva de Souza e Hespanhol (2002), a constituição desses bairros “promoveu o povoamento, a evolução e o desenvolvimento de diversas regiões, assim como foi responsável pela concretização da rede urbana e da força de trabalho” (p.108).

Os bairros rurais, que se caracterizavam como a expressão máxima da relação entre o rural e o urbano no município, também carregavam a função de intermediadores nas trocas comerciais que ocorriam entre os dois os espaços, “por meio da venda do excedente da produção agrícola e da compra de uma quantidade reduzida de bens na cidade” (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p.102).

A partir de 1960, “o êxodo rural, provocado pelo desestímulo à agricultura e pela industrialização desordenada e concentrada nos grandes centros urbanos, fez com que a população entrasse em declínio” (DALTOZO, 1999). Além disso,

a substituição das lavouras pelas pastagens fez com que proprietários menos capitalizados não conseguissem manter a subsistência no meio rural, instalando-se na área urbana, seja de Martinópolis ou de outras cidades da região.

Um dos fatores que também atuaram na redução acentuada da população total de Martinópolis no referido período está relacionado a uma característica peculiar que marca o processo de migração campo-cidade na realidade local: parte de sua população rural não migrou diretamente para o perímetro urbano do município, mas sim para os grandes centros urbanos do Estado de São Paulo, uma vez que “a cidade de Martinópolis não apresentou dinamismo suficiente para gerar empregos aos trabalhadores expulsos do campo” (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p.103), culminando no deslocamento “para a capital do Estado, bem como para outras regiões do Estado, localidades para quais as pessoas se dirigiam em busca de melhores condições de vida” (SANTOS, 2004, p.33).

Em contraponto, Souza e Hespanhol (2006, p.154) verificaram também a permanência de parte dessa população no meio rural, vivendo da exploração da terra, além daqueles que se especializaram em novos nichos de mercado a partir da pluriatividade, ou seja, da combinação de atividades agrícolas com outras não agrícolas.

Embora existam os distritos e bairros rurais (Guachos, Teçaindá, Cristal e Vila Martins), que desempenham um importante papel na relação entre campo e cidade, apresentando uma sociabilidade inerente ao espaço rural, essas ruralidades também podem ser notadas na configuração espacial e social da sede municipal.

Nesse sentido, verifica-se que os processos históricos que atuaram na constituição de Martinópolis, sejam no espaço rural ou no urbano, ao serem analisados em conjunto, dão pistas para a compreensão da manutenção dessas atividades tipicamente rurais na cidade, sendo o principal deles a migração campo-cidade, acentuada na década de 1960, a qual levou parte do contingente migratório rural para a área urbana de Martinópolis, que trouxe consigo os saberes da lida com a terra para o cultivo em espaços diversos na cidade que se tornaram áreas de produção agrícola em pequena escala.

É importante destacar o papel das comunidades rurais no processo de formação do município, uma vez que os modos de vida rural frequentemente refletem nas práticas espaciais da população urbana, visto que uma parte expressiva de seus moradores é advinda do campo, sobretudo na tentativa de resgatar e perpetuar tradições e hábitos da vivência rural.

O campo na cidade: as ruralidades no espaço urbano de Martinópolis

Em consonância com o seu histórico essencialmente agrário, nota-se atualmente a presença das ruralidades materializadas em diversas práticas tipicamente rurais espalhadas pelo espaço urbano de Martinópolis. A mais expressiva delas é a agricultura urbana, ou seja, as atividades agrícolas, tais como o cultivo e a criação de animais, desenvolvidas no interior das cidades ou em seus arredores, seja para a comercialização ou para o autoconsumo.

A partir da pesquisa empírica, foram realizadas visitas a dez produtores e

cinco instituições públicas e privadas, que desenvolvem práticas agrícolas no espaço urbano, além da Horta Municipal.

Em âmbito institucional, a área de estudos conta com vários projetos desenvolvidos por entidades assistenciais e órgãos públicos municipais e estaduais visando a produção agrícola em área urbana, os quais serão arrolados neste artigo, entre eles: 1) o Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (Caps Ad); 2) a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; 3) a Creche Municipal “Liamar Jóia de Carvalho”; 4) a Escola Estadual “Coronel João Gomes Martins”; 5) a Vila Vicentina “Frederico Ozanam”; e, 6) a Horta Municipal, gerida pelo Departamento de Agricultura do município.

Um dos projetos institucionais de agricultura urbana em Martinópolis foi desenvolvido em 2011 pelo Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (Caps Ad), através da implantação de uma horta terapêutica visando a inclusão e a reinserção social dos assistidos pela entidade. Essa ação surgiu com o objetivo de auxiliar no tratamento de pessoas em situações de vulnerabilidades, devido ao uso de álcool e de drogas.

Outro exemplo a ser destacado, com o mesmo viés terapêutico, é o da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – de Martinópolis, que desenvolve duas atividades incluindo o plantio e o manejo agrícola na entidade: o Projeto Horta e o Projeto Horta Suspensa, nos quais os atendidos acima de 30 anos são estimulados ao contato com o meio ambiente, plantando, cultivando e colhendo as diversas hortaliças (Figura 1).

Figura 1 – Atendidos pela APAE realizando o manejo da horta na entidade.



Fonte: Reprodução/Facebook (2020).

Uma das iniciativas de horta urbana no âmbito educacional desenvolvido

Mendes & Hespanhol

em Martinópolis, surgiu através do projeto Meio Ambiente na Sala de Aula, implantado no ano de 2017, na Creche Municipal “Liamar Jóia de Carvalho”. O manejo da área de cultivo era executado pelas docentes da instituição pública de ensino, com a participação dos alunos nas diferentes etapas do projeto, desde a escolha da área até a colheita das hortaliças, utilizadas para a complementação da merenda escolar.

Outra horta urbana em espaço escolar é desenvolvida na Escola Estadual “Coronel João Gomes Martins”, enquanto uma atividade pedagógica em alusão ao Dia Mundial de Combate ao Uso de Agrotóxicos, celebrado no dia 3 de dezembro. Nessa ocasião, um docente e demais funcionários iniciaram o cultivo de alimentos em uma horta orgânica (Figura 2), concomitantemente à volta às aulas presenciais obrigatórias na rede estadual paulista, no contexto pandêmico.

Figura 2 – Estudante auxiliando no plantio da alface na Escola Estadual “Coronel João Gomes Martins”.



Fonte: Escola Estadual “Coronel João Gomes Martins” (2021).

Evidencia-se também a horta de canteiros elevados instalada na Vila Vicentina “Frederico Ozanam” (Figura 3), que atende a idosos em situação de vulnerabilidade de Martinópolis. Trata-se de uma ação que visa, além do incremento da alimentação da instituição, o resgate às tradições rurais por parte desses idosos.

Figura 3 – Horta na Vila Vicentina.

Fonte: Os autores (2021).

Em âmbito governamental, desde 2009, o município conta com uma Horta Municipal, na qual o cultivo ocorre em uma estufa agrícola instalada em um terreno público municipal (Figura 4), através da mão-de-obra de duas funcionárias públicas e de dois voluntários sentenciados à prestação de serviços à comunidade.

Figura 4 – Produção da Horta Municipal de Martinópolis.

Fonte: Prefeitura Municipal de Martinópolis (2021).

Essa horta surgiu enquanto uma ação do Projeto Estadual Hortalimento (Decreto nº 50.233/2005), que tinha como objetivo central “promover e melhorar o abastecimento local de hortaliças, gerando trabalho e renda por meio da potencialização de canais de escoamento da produção” (SÃO PAULO, 2005, p.1), por meio de convênio entre o Estado, os municípios e entidades privadas sem fins lucrativos.

Além dos projetos desenvolvidos por entidades e escolas, durante a pesquisa de campo observou-se também os produtores individuais, ou seja, aqueles que cultivam alimentos em lotes privados, cedidos ou ocupados, como é o caso da linha férrea. Dentre os produtores individuais (Figura 5), foram identificadas dez áreas de cultivo, mantidas, sobretudo, através de mão-de-obra familiar e voltadas à comercialização dos produtos e autoconsumo do excedente gerado.

Figura 5 – Produtor durante a colheita da alface.



Fonte: Os autores (2021).

Como grande parte da produção da agricultura urbana, essas iniciativas individuais dedicam-se ao cultivo de hortaliças (alface, rúcula, espinafre, couve, cebolinha, salsinha, almeirão e chicória), além legumes, como o jiló, e de tubérculos, como a mandioca.

Os produtos alimentícios gerados pela agricultura urbana em Martinópolis, geralmente, são acessados pela população por meios de comercialização informal, tais como na própria área de cultivo, através de entregas a domicílio e/ou em banca de produtos (“feirinha”). No entanto, nos casos identificados, destaca-se também a venda desses produtos no comércio formal, como em açougues, em quitandas e em restaurantes locais, localizados tanto nos bairros quanto na

área central da cidade, demonstrando a relevância dessa produção na economia urbana.

No caráter individual, destaca-se também o cultivo de alimentos e a criação de animais ao longo da linha férrea que corta a cidade (Figura 6). A ação é desencadeada por parte de alguns moradores do entorno dessa área ociosa da antiga Fepasa (Ferrovia Paulista S.A) - hoje pertencente a empresa Rumo Logística, visando torná-la um espaço de produção agrícola na cidade, em face à sua degradação pelo descarte irregular de lixo desde o encerramento das atividades do transporte ferroviário em Martinópolis.

Figura 6 – Cultivo de alimentos nas margens da linha férrea em um trecho na área central de Martinópolis.



Fonte: Os autores (2021).

Conforme o exposto, a prática da agricultura urbana configura-se como a expressão máxima das ruralidades na cidade de Martinópolis. No entanto, encontram-se presentes no cotidiano da cidade outras representações materiais e imateriais dessas ruralidades, evidenciadas tanto pelas práticas dos cidadãos (Figura 7), quanto pelos saberes e os modos de fazer característicos do campo.

Figura 7- Carroceiro próximo à antiga Estação Ferroviária de Martinópolis.

Fonte: Museu Virtual de Martinópolis/Facebook (2015).

Dentre os praticantes de agricultura urbana entrevistados, a maioria deles revela não terem contato com outras práticas tradicionalmente rurais além da atividade agrícola, tais como festas religiosas, rodeios, quermesses e cavalgadas, nem têm conhecimento da ocorrência desses eventos na cidade. Entretanto, a partir das apurações nas instituições, constatou-se que duas delas promovem quermesses (Vila Vicentina e APAE) (Figura 8), uma das festividades típicas das comunidades rurais.

Figura 8 – Costelão de chão na APAE de Martinópolis.

Fonte: Museu Virtual de Martinópolis/Facebook (2013).

Segundo Oliveira, Ferrante e Barone (2016, p.330), “as festas juninas e as quermesses representam uma das maiores manifestações da cultura popular brasileira, tendo em vista que abarcam conhecimentos tradicionais do universo rural ligado ao cultivo e colheita do alimento, além de rituais sobre a fertilidade do solo”. Notam-se que essas ocorrem, geralmente, por motivações religiosas nos distritos e bairros rurais, entretanto, na realidade citadina, estas carregam um caráter filantrópico, considerando os casos das entidades citadas (Figura 9).

Figura 9 – Quermesse beneficente em Martinópolis.



Fonte: Reprodução/Facebook (2017).

No que tange às ruralidades imateriais, destacam-se os vínculos de vizinhança, a partir do comércio com moradores do entorno das áreas de produção, marcando, assim, uma sociabilidade inerente à população do campo e das pequenas cidades, fortemente, atreladas à dinâmica rural.

Essas ruralidades também se manifestam pelos saberes que vão se perpetuando e sendo transmitidos entre gerações, enquanto elementos da memória afetiva, que permitem a manutenção do sentimento de pertencimento e da herança cultural desses povos.

O modo de falar também é uma característica marcante, sobretudo o dialeto caipira e as expressões referentes ao cultivo, analisados durante as entrevistas com os praticantes de agricultura urbana locais. Como exemplos, destacam-se gírias e expressões como “fofá”, “prantá”, “aguá”, “mei”, “cê”, “cabeça de gado”, “dêndicasa”, “vorta”, “hômi” e “moiô”.

É importante pontuar que são diversas as motivações dos diferentes cidadãos

na busca por manter essas práticas originalmente rurais no espaço urbano de Martinópolis, fato que não inclui apenas a população de origem rural, mas os moradores originalmente urbanos que convivem com objetos e com ações característicos do campo em suas práticas espaciais.

Um exemplo são as práticas institucionais, considerando que muitos desses não possuem necessariamente a origem rural, mas são levados a essas práticas como estratégias de reprodução social ou por necessidades terapêuticas. Nesses casos, as ruralidades urbanas estão materializadas a partir da “criação de espaços agrários na cidade” (PANIAGUA, 2018, p.16, tradução nossa) para fins específicos a partir da intencionalidade dos sujeitos.

Para Méndez, Ramírez e Alzate (2005), há que se considerar também a ocorrência de ruralidades indiretas no ambiente urbano, especificamente no que se refere às lojas especializadas na comercialização de produtos agropecuários na área de estudos. Nesse caso, “cierto número de residentes urbanos participan indirectamente de la actividad agropecuaria como vendedores de insumos, transportadores, intermediarios, procesadores, comerciantes mayoristas y minoristas, entre otros” (p. 57).

De um modo geral, observa-se que a cidade de Martinópolis carrega fortes resquícios identitários do modo de vida rural na sua conformação socioespacial urbana, sobretudo ao considerar o processo de formação desse município, intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da agropecuária, onde a concretização dessas atividades se dava nos bairros rurais locais.

Considerações finais

Conforme exposto, a manifestação das ruralidades em meio a vida urbana em Martinópolis, com destaque à agricultura urbana, encontra-se intimamente ligada ao seu processo de formação, onde as atividades agrícolas se consolidaram como a base da economia local, propiciadas, sobretudo, pelos ciclos produtivos do café, do algodão e do amendoim. Nesse cenário, os bairros rurais fortaleceram a organização socioespacial do município, repercutindo na sua configuração atual.

Destes bairros advém parte expressiva dos martinopolenses originários do campo e, conseqüentemente, dos produtores urbanos locais e suas famílias, que perpetuam essas práticas tradicionalmente rurais em espaços diversos da cidade, seja a partir da produção agrícola em pequena escala, pela participação nas festas típicas ou, até mesmo, por meio das chamadas “ruralidades imateriais”.

Embora existam outros tipos de ruralidades materializadas no espaço urbano de Martinópolis, estas não são acessadas pela maioria dos praticantes da agricultura urbana, conforme os resultados das entrevistas, no entanto nota-se que esses objetos e ações característicos do campo estão imbuídos nas tradições e práticas cotidianas dos cidadãos, se incorporando à vida urbana,

sem que haja uma separação aparente em suas vivências entre aquilo que é do campo e o que é da cidade

Esse estudo demonstra que as ruralidades coexistem em meio a uma sociedade majoritariamente urbanizada, ou seja, o Brasil urbano e o Brasil agrário encontram-se em dadas realidades, sobretudo onde há uma estreita relação entre campo e cidade em sua conformação socioespacial, desde os primórdios do seu processo de formação, como no município de Martinópolis.

Referências

ALBANO, M. P.; SÁ, N. de S.; HONDA, S. C. de Â. L. Complexo Ferroviário de Martinópolis – SP – Um patrimônio no centro da cidade. **Colloquium Humanarum**, v. 12, n. esp., p. 221-229, 2015.

BAGLI, P. Rural e Urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. *In*: SPOSITO, M.E.B; WHITACKER, A. M. (Org). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. 1, p. 81-111.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-território**, v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CARNEIRO, M. J. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.11, p. 53-65, out. 1998.

DALTOZO, J.C. Martinópolis: fruto do café e da ferrovia. *In*: SILVA, J. L. da (org.). **Concurso Literário: história do meu bairro, história do meu município**. São Paulo: Arte & Ciência, 2006. p. 203-212.

HESPANHOL, R.A.M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator**, Fortaleza, v.12, n. esp. (2)., p. 103-112, set. 2013.

LINDNER, M. A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: São João do Polêsine, RS. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 19-36, set. /dez. 2012.

LOCATEL, C. D.; AZEVEDO, F. F. de. Gestão do território e a prática da agricultura urbana na cidade de Natal (RN - Brasil). *In*: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 11., 2010, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2010.

MAIA, D. S. Hábitos rurais em vidas urbanas. *In*: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São

Mendes & Hespanhol

Paulo: Contexto, 1999. p. 214-219.

MENDES, D. B. As práticas de agricultura urbana como estratégia de garantia da segurança alimentar e da geração de renda no município de Pirapozinho/SP. 2018. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

MENDES, D. B. Ruralidades na cidade: análise das práticas de agricultura urbana desenvolvidas em Martinópolis - São Paulo. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2022.

MÉNDEZ, M.; RAMÍREZ, L.; ALZATE, A. La práctica de la agricultura urbana como expresión de emergencia de nuevas ruralidades: reflexiones en torno a la evidencia empírica. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, n. 55, p. 51-70, abr. 2005.

PANIAGUA, A. Urban Ruralities. A Geographical Perspective. **Journal of Geographical Research**, v.2, p.15-18, 2018.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Decreto nº 50.233, de 10 de novembro de 2005. **Projeto Estadual HORTALIMENTO**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2005/decreto-50233-10.11.2005.html> Acesso em: 06 set. 2021.

SANTOS, J. C. dos. O sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente – SP. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SILVA, P.F.J. da. Cidades pequenas e indústria no estado de São Paulo. In: SPOSITO, ES., org. **Medidas antidumping e política doméstica: o caso da citricultura estadunidense** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 265-301.

SOUZA, P. C. de. A Resistência dos Bairros Rurais no Município de Martinópolis/ SP. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SPOSITO, M.E.B. Urbanização e produção do espaço. Urbanização contemporânea. 12 de maio de 2020. 23p. Universidade Estadual Paulista. Campus de Presidente Prudente. Programa de Pós-Graduação em Geografia: Presidente Prudente. Notas de Aula. Documento eletrônico.

WOODS, M. **Rural.** London: Routledge, 2011.